

VIRAÇÃO E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE DADOS DE PESQUISA

Cibele Saliba RIZEK¹

Resumo: A questão que se conforma nesse texto diz respeito a algumas dimensões da transformação da experiência e dos modos de figuração do trabalho que se pôde flagrar no processo de pesquisa realizado na Região Metropolitana de São Paulo entre 2002 e 2005.² Entre os procedimentos de pesquisa destacaram-se: um questionário que tinha como objetivo traçar um perfil dos moradores dos conjuntos construídos por mutirões auto geridos; e um conjunto de entrevistas abertas com população, técnicos e lideranças locais. As dimensões relativas ao trabalho e modos de ocupação dos moradores nasceram da constatação de que, para compreender a realidade das “populações de baixa renda”, suas condições de moradia e de inserção urbana, as novas faces do trabalho precisariam ser conhecidas. Considera-se que os vínculos entre as formas de inserção urbana, as condições de moradia e a inserção no mercado de trabalho não possam mais ser consideradas desenhadas do mesmo modo que o fazia a literatura clássica sobre a chamada questão urbana.

Palavras-chave: Viração. Mutações do trabalho. Capital social. Conflitos geracionais. Baixa renda.

A pergunta sobre o “novo” perfil dos moradores de periferias e/ou hiperperiferias urbanas nasceu assim da constatação de que não se tratava mais de população operária (quer com vínculos formais ou informais) nem de população que pudesse ser considerada sob a ótica do desemprego – isto é, da simples ausência de vínculo com o mercado de trabalho.

¹ USP – Universidade de São Paulo - Escola de Engenharia de São Carlos - Departamento de Arquitetura e Urbanismo. USFSCar – Universidade federal de São Carlos - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais - Centro de Educação e Ciências Humanas. São Carlos – SP - Brasil. 13566-590 - cibelesr@uol.com.br

² A pesquisa “Procedimentos Inovadores para a produção de habitação de baixa renda”, realizada com o apoio da FINEP e do CNPq foi realizada com a USINA – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado – e Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC) da FFLCH, sob a coordenação de João Marcos de A. Lopes e minha própria. Seu objetivo era investigar a política de produção habitacional por mutirões auto geridos em três cidades onde esse tipo de práticas teriam sido significativas, a saber, Fortaleza, Belo Horizonte e São Paulo.

Ganhava corpo a indagação sobre as mutações do trabalho observadas e sobre os deslocamentos e giros que resultam desses processos.

Cabe mencionar que, como sabemos, confirmava-se a constatação de que a inserção periférica na cidade passa, cada vez mais, ao largo das dimensões mais propriamente relativas ao trabalho fabril, inserindo-se em uma zona cinzenta de “informalidades”, ilegalidades e suas negociações com as múltiplas faces da “viração”. É por aí que se compreende toda uma mudança de vocabulários e de sentidos em que se reconfiguram as dimensões do trabalho e do salário e ganham relevo idéias de sobrevivência a partir dos programas de geração de emprego e renda, das bolsas e auxílios à pobreza, de dimensões e empreendimentos “comunitários” de todos os tipos, bem como de suas dissoluções ao ritmo dos processos societários que incidem nessas “comunidades” constituídas pela proximidade. Também a partir dessas evidências foi possível constatar um conjunto de contrapontos que, aparentemente, ganham o caráter de conflitos geracionais, demarcando os limites entre uma geração para a qual a experiência do trabalho ainda se pautava pelo horizonte do contrato de trabalho e do assalariamento e uma segunda geração para a qual esse horizonte nem chegou a se constituir.

Quais são os giros que esses processos apontam? Que horizontes se constituem e se destituem a partir desses mesmos giros? Os dados e informações obtidos nos conjuntos habitacionais investigados conduzem a algumas conclusões sobre a questão do trabalho assalariado e seu encolhimento dando lugar para os discursos e formas de enunciação da dinâmica societária a partir da questão da pobreza que, por assim dizer, parece se autonomizar em relação às dimensões do trabalho assalariado, ganhando um outro estatuto.

Elevada à condição de categoria social que por vezes ganha o nome de “exclusão”, traduzida em índices e passível de ser mapeada, a pobreza ganha novos corolários: os programas de renda, a chamada “economia solidária” nas suas múltiplas formas (tanto que se referem à chamadas aquisições de qualificação quanto às múltiplas cooperativas de produção e/ou de serviços) e algo de suas contrapartidas: as comunidades e sua destituição, as Organização Não Governamentais (ONGs) e suas trajetórias dificilmente generalizáveis, a onguização dos atores locais, nas múltiplas disputas por reconhecimento e pela aquisição de “capital social”, enfim, uma zona cinzenta de negociações e expedientes, que se pauta por referências que pouco ou nada têm a ver com o trabalho assalariado e seus conflitos, ou mesmo com a possibilidade de integração ao mercado de trabalho pelo trabalho assalariado em suas formas clássicas.

Um primeiro retrato da situação de “comunidades” constituídas por mutirão em três cidades brasileiras pode ser apreendido pelas tabelas, ainda toscas, abaixo.

Tabela 1 – Rendimentos e emprego (Dados de 2004)

	Renda familiar	Renda familiar per capita	Reais por dia	Desemprego chefe (em percentual)	Emprego s/ carteira (em percentual)
São Paulo					
Cazuza (1989)	R\$ 1.032,00	R\$ 232,00	R\$ 7,73	30,95	14,29
Sônia Ingá (1990)	R\$ 770,00	R\$ 173,00	R\$ 5,77	44,83	20,69
Juta (1992)	R\$ 764,00	R\$ 172,50	R\$ 5,75	50,00	9,38
BH					
Urucuia (1996)	R\$ 349,14	R\$ 102,33	R\$ 3,41	73,33	10,00
Fernão Dias (1999)	R\$ 435,37	R\$ 103,85	R\$ 3,46	62,96	18,52
Serrano (1999)	R\$ 399,67	R\$ 116,55	R\$ 3,89	57,14	21,43
Fortaleza					
Bonsucesso (1997)	R\$ 357,00	R\$ 88,96	R\$ 2,97	52,17	30,43
Mutirão 50 (1988)	R\$ 540,27	R\$ 121,50	R\$ 4,05	54,55	27,27
Dias Macedo (2000)	R\$ 396,00	R\$ 89,28	R\$ 2,98	40,74	44,44
Maria Goretti (1991)	R\$ 367,00	R\$ 69,12	R\$ 2,30	60,00	20,00

Fonte: Pesquisa Procedimentos Inovadores para a Produção de Habitação de Baixa Renda – USINA/CENEDIC

Em São Paulo, onde encontramos os índices de renda familiar mais altos, a situação da população que já adquiriu “casa própria” em conjuntos habitacionais pode ser caracterizada da seguinte forma: Juta 45 % (Zona Leste de São Paulo), Sonia Ingá (Zona Sul de São Paulo) 65 % e Cazuza (Diadema) 60 % de desempregados e empregados sem carteira, o que nessas situações significava certamente uma inserção no mundo do trabalho marcada pelo que se enunciava como a “informalidade” dos bicos e da viração. Em Fortaleza, assim como em BH, constatam-se pequenas variações da seguinte ordem: em torno de 80% dos moradores de conjuntos habitacionais se encontram nessa situação.

Quais são os resultados desses processos em conjuntos habitacionais de baixa renda com situações mais ou menos periféricas (exceção feita a Belo Horizonte) que correspondem a uma situação diversa das ocupações ilegais, como as favelas, e das populações encortçadas do centro de São Paulo e seus arredores? Como se combinam essas inserções urbanas formalizadas e “legais”³, provenientes da aquisição da casa própria, com a ampla e variada trama de empregos e situações de trabalho

³ É preciso notar que por volta de 15 a 20% das moradias desses conjuntos habitacionais são vendidas por meio de “contratos de gaveta”, de modo que a situação de moradia formal em casa própria financiada por recursos públicos pode ser também bastante provisória

precário, temporário, eventual e, freqüentemente, nas fronteiras entre legalidades e ilegalidades?

A situação de parte significativa dessa população parece estar marcada – tal como se configura pelos relatos dos entrevistados - por uma guinada que parece se conformar como uma dinâmica geracional, ou pelo menos, é vivenciada desse modo, pelas articulações bastante transformadas entre trabalho e não trabalho, pela relação entre tempo de trabalho e tempo de vida, horizontes futuros e percursos, trabalho e moradia. Trata-se de um conjunto de transformações de formas de inserção e de expectativas que, de uma geração para outra perdem completamente significação. Isto é, para uma grande parcela de moradores dessas periferias, a constituição de um horizonte de trabalho assalariado não faz mais sentido, ao contrário das expectativas que organizavam a vida dos seus pais.

Para a população moradora desses conjuntos habitacionais, construídos por mutirões auto gerenciados e resultantes de participação de seus moradores nos movimentos de moradia dos anos oitenta e início dos noventa, o emprego assalariado era ainda um horizonte plausível. Essa plausibilidade se desfez e os trabalhadores que têm aos olhos dos demais um “bom emprego”, um emprego assalariado com carteira e “benefícios” são, rigorosamente, exceções. Para a geração dos filhos desses militantes ou ex militantes dos movimentos de moradia, o universo e as expectativas já passam ao largo dos vínculos formais de assalariamento ou de contrato formal de trabalho. Evidentemente, essas transformações, experimentadas como características geracionais provêm de processos muito mais amplos, muito mais significativos que se materializam nas experiências de inserção urbana, nos modos de sobrevivência, de trabalho e não trabalho, muito mais múltiplo e diversificado do que o solo coletivo do trabalho operário. Mas é sobretudo significativo que esses processos sejam experimentados e tematizados nos relatos como um conjunto de diferenças geracionais, pelo fim da possibilidade de compartilhar horizontes relativos ao trabalho assalariado e seus eixos fortemente organizadores e estruturadores da vida. Esse modo de percepção do tempo social, transmutado em tempo da experiência, seus “pontos de clivagem” e seus deslocamentos, se vincula estreitamente ao fato de que “a diferença entre as gerações tem atualmente a peculiaridade histórica de coincidir com mudanças de fundo no mundo do trabalho e nas dinâmicas urbanas” (TELLES, 2006, p.175).

A sobrevivência é então uma questão que se resolve de múltiplas maneiras, sobretudo pela falência quase completa dos programas de geração de emprego e renda que acompanharam a construção de alguns desses conjuntos.⁴ Assim, se de

⁴ As histórias relativas aos programas de geração de emprego e renda são variadas e chegamos a encontrar alguns exemplos razoavelmente bem sucedidos, ainda que fora do âmbito dos conjuntos pesquisados.

um modo bastante genérico, pode-se afirmar que o vínculo de trabalho organizava relações, inclusive, em algumas regiões marcadamente fabris, bem como formas de inserção urbana em territórios marcados pelo que genericamente poder-se-ia qualificar como territórios onde predominava a condição operária, o que se constata a partir das informações coletadas, mesmo no caso de Diadema e do conjunto habitacional que ali se localiza, são outros nexos entre a realidade do trabalho e moradia, entre as configurações da sobrevivência e a inserção urbana. Alguns elementos emblemáticos podem ser ressaltados a partir daí:

1) A situação de clientes. Em São Paulo, dois dos três conjuntos habitacionais investigados apontavam para a constituição de clientela associadas à condição anterior de militância, o que ficava bastante patente em entrevistas e questionários. Foram encontradas situações descritas como “assessorias e cabos eleitorais”, comitês de vereadores, por um lado, e bolsas e auxílios de outro. Há, no perfil desses moradores situações vinculadas a todo um espectro de formas de velhas e novas clientela de vereadores, subprefeitos e gabinetes de partidos que vão do Partido da Frente Liberal (PFL) ao Partido dos Trabalhadores (PT).

2) A situação de transformação dos programas de geração de emprego e renda em expedientes que acabam por se constituir, com graus diversos de conflito, em pequenos negócios ou pequenos comércios. Desse ponto de vista o conjunto da União da Juta (leste de São Paulo) e Sonia Ingá (sul de São Paulo) são paradigmáticos: no primeiro a padaria comunitária gerou conflitos trabalhistas e o encerramento das atividades. Esta mesma padaria compra pão na vizinhança e o revende. As atividades de formação e qualificação de jovens foram inteiramente interrompidas. No segundo caso, a padaria acabou se transformando no pequeno negócio do presidente da associação.

3) As associações de moradores, terminada a construção dos conjuntos, acabam por enfrentar disputas e conflitos por sua qualificação, representação e legitimidade. Também acontecem vínculos importantes entre as populações e Ongs já estabelecidas, bem como com programas implementados, com resultados diversos. Desse ponto de vista cabe mencionar especialmente o “Mutirão 50” de Fortaleza. Esse conjunto que recebeu prêmios internacionais como prática exemplar viu sua associação praticamente desaparecer, ainda que algumas lideranças permanecessem vinculadas a uma importante ONG, militando nos diversos conselhos locais e freqüentando seguidamente cursos de capacitação. Entretanto, por ocasião da pesquisa, era possível constatar o esvaziamento e enfraquecimento da associação no interior do conjunto.

4) Finalmente, com um acento geracional bastante operante, todo um conjunto de práticas que se situam na fronteira entre a clientela, a ilegalidade e a legalidade

– se destacam as dimensões de uma violência dispersa, difusa e todo um novo conjunto de conflitos que se constitui a partir daí: entre grupos e gangues; dos moradores dos conjuntos com os seus entornos (ocupações, favelas, etc.); entre direções das associações e suas “bases”; entre parcelas de moradores, em torno de questões relativas à regularização de glebas e pagamento de impostos e taxas; famílias que se contrapõem entre si, quebrando práticas e formas de sociabilidade que se ancoravam em uma mesma experiência geracional e todo um conjunto de discussões e de deslizamentos sobre as formas de sociabilidade e de organização ainda possíveis.

Assim, por um lado, as práticas e formas de sociabilidade que advinham do trabalho e de suas formas de inserção deram lugar às práticas e discursos sobre a pobreza, devidamente acondicionada pelas dimensões que se constituem a partir dos programas, Ongs e investimentos cuja contrapartida é a “comunidade”. Essas comunidades cuja base foi a militância nos movimentos de moradia e a partir dela redes de parentesco e/ou amizade, também não resistem às dimensões societárias que acabam por as dissolver em um conjunto de conflitos de outro tipo, que combinam legalidades e ilegalidades, solidariedades e violências, gerações e suas dimensões transversais e rupturas em torno de um certo rearranjo familiar, um reforço dos vínculos familiares frequentemente contra as formas de sociabilidade que constituíram as “comunidades”.

Essa situação, que permeia o relato dos moradores, é difícil de ser descrita, até mesmo porque as categorias pelas quais as informações são organizadas ainda têm por base uma sociedade ancorada pelo trabalho, pelo mercado de trabalho e por suas categorias clássicas – formalidade/informalidade, emprego/desemprego – ainda nucleadas pela efetividade ou expectativa do trabalho assalariado em particular. Para além dos índices que organizam as bases de dados, a sobrevivência e suas formas de negociação passam então por outras dimensões asperamente confrontadas com uma reflexão sociológica que ainda procura a inserção produtiva, e suas exceções.

Essas dimensões são tão mais complexas quanto mais se tem em vista que a questão não pode ser referida a uma desindustrialização das metrópoles, pelo menos no caso de São Paulo. Como mostram Comin e Amitrano, entre outros autores, não é possível atribuir a questão do emprego e da geração de emprego aos processos de desindustrialização ou de queda nos investimentos. Mais ainda, Comin e Amitrano (2004) apontam que o chamado setor de serviços foi impulsionado ao longo dos anos noventa pelo investimento industrial. Tampouco, dessa perspectiva se pode atribuir à questão a uma carência de desenvolvimento, como também apontam os mesmos autores.

Conforme os autores:

Vista do ângulo do emprego, a tese de que a região estaria sofrendo um esvaziamento das atividades industriais ganhou contornos ainda mais expressivos. À primeira vista, de fato, as cifras são contundentes. Em 1989, nada menos que um terço das ocupações no mercado de trabalho da região concentrava-se na indústria de transformação; em 2001, esta proporção regredira para menos de 20%, o que aponta para uma forte terciarização da estrutura da ocupação (Dados Pesquisa Emprego e Desemprego – Fundação SEADE). Movimento agravado ainda pelas taxas relativamente modestas de crescimento do emprego no período, concentradas, ademais, nos segmentos genericamente (e muitas vezes incorretamente) qualificados de informais. A análise mais detalhada da dinâmica do mercado de trabalho, contudo, sugere prudência e matização. Em primeiro lugar, muito do que se descreve como terciarização do emprego deriva muito provavelmente de uma espécie de “ilusão estatística” que resulta, isto sim, de processos de reestruturação das empresas através de terceirizações. A expulsão do interior das empresas industriais de inúmeras atividades, desde os serviços de baixa complexidade, como alimentação, limpeza, zeladoria, manutenção e segurança patrimonial, até atividades de alta complexidade, como serviços jurídicos, publicidade e marketing, atendimento ao consumidor, design, análise de sistemas e suporte de informática, por exemplo, fez com que nas estatísticas estas ocupações desaparecessem do setor industrial e reaparecessem nos setores de serviços sem que, no entanto, sua funcionalidade com o secundário tenha necessariamente se alterado. É claro que isto implicou sim importantes alterações na qualidade destes empregos, que na sua maior parte se tornaram mais instáveis e precários do que eram, mas isto não se deveu necessariamente a uma mudança na estrutura produtiva da região. Foram, por assim dizer, muito mais fruto de mudanças micro-econômicas do que estruturais. De forma análoga, os enormes ganhos de produtividade verificados em inúmeros setores industriais resultaram em encolhimento relativo do emprego com aumento na produção física. Finalmente há aspectos que realmente se relacionam com perda de atividade industrial, mas que têm a ver menos com desconcentração e mais com abertura comercial, especialmente o crescimento das importações durante o ciclo de valorização do real, entre 1994 e 1999. (COMIN; AMITRANO, 2004, p.15-16).

Outros dados levantados por esses mesmos autores apontam assim algumas linhas de constituição e de determinação que estão longe de serem compreendidas. Ao que tudo parece indicar, investimentos, valor agregado e produtividade em alta, serviços impulsionados pela dinâmica industrial se combinam de modo dificilmente reversível com a situação de “desemprego” e precarização (informalidade na falta de outros termos) que compõem esse quadro. Trata-se assim de um conjunto de efeitos,

deliberações e decisões que pouco ou nada tem a ver com um macro processo de desindustrialização, pelo menos da cidade de São Paulo.

Como enfrentar então a questão das práticas, representações e formas de sociabilidade que têm lugar a partir dessas novas dimensões? Como descrever essas realidades que atravessam e constituem a vida e as relações dessas populações cuja sobrevivência não se ancora mais no trabalho assalariado, que não mais consideram como seu destino plausível?

Dois questões parecem se delinear então: a primeira é a questão do desemprego como objeto de explicação. Refiro-me principalmente ao trabalho de Nadya Guimarães (2004) que aponta a ruptura do nexo entre emprego e desemprego, que se traduz em uma multiplicidade de formas de subutilização do trabalho (maior volume de desempregados, diversificação da forma, atingindo desigualmente indivíduos segundo sexo, idade, categorias socioprofissionais, escolaridade, etc) além de introduzir uma nova forma de representação social que se constrói paulatinamente: o desempregado de longa duração. Alguns autores em busca de alternativas à uma sociologia do trabalho clássica caminham de uma sociologia do trabalho para uma sociologia do emprego e desta para uma sociologia do desemprego. Mas o desemprego – isto é a falta – pode se constituir como objeto claramente recortado e delimitado? Esta é uma categoria que nos ajuda a descrever a viração nossa de cada dia nas periferias, em especial as não consolidadas? Quais os parâmetros descritivos que podem então ser operantes em uma situação em que o emprego ou um emprego (precário, informal, bico, etc) não mais se colocam como perspectiva plausível? Trata-se ao que parece de outras práticas, que conferem legitimidade a outros modos de uso do trabalho e que acaba por estender algumas das lógicas do menos pior ou do “é melhor que nada” a todo um novo conjunto de auxílios, bolsas, clientelas, filantropias ou responsabilidade social das empresas, programas de todos os tipos que com graus variáveis de sucesso acabam por redefinir velhas formas em uma nova tessitura, com um novo componente bastante transversal: as novas combinações e negociações entre ilegalidades e violências e legalidades que redesenham as formas de vida social da população pobre nas periferias das cidades.

A segunda diz respeito às formas de economia solidária elevadas à condição de programas sociais e políticas de combate à pobreza. Para além da vida curta dessas formas, tal como observei em campo, com uma única exceção em Fortaleza, seus resultados do ponto de vista da estrita sobrevivência parecem ser pífios. A renda obtida por trabalhadores organizados em cooperativas de alimentação, segundo pesquisa coordenada por Telles e Cabanes⁵, na zona sul da cidade de São Paulo, oscila entre 50 e 300 reais mês, entrando na rede de virações que caracteriza as condições

⁵ Ver a esse respeito Telles e Cabanes (2006).

de vida dessas populações. Além disso, os programas de geração de emprego, de qualificação profissional de inserção comunitária são tão provisórios como as próprias “comunidades” e, desse ponto de vista, sujeitos a um conjunto de processos, conflitos e esgarçamentos que obedecem as lógicas societárias.

Dito isso, parece que as ciências sociais precisam de referências que possam dar conta da descrição e da explicação dessas formas de sociabilidade que possam ir além da presença, da normalidade e da centralidade do trabalho assalariado e do emprego formal, ou de sua falta, para perceber em uma nova chave de que modo se articulam redes, práticas, negociações e representações dessas populações que vivem sob o signo da implausibilidade do contrato formal e dos direitos do trabalho. Cabe sobretudo notar que o que se configura como experiência geracional, em tudo diversa das práticas, representações e expectativas do trabalho organizado pelo fordismo “à brasileira”, aponta para um mundo social redefinido pela liminaridade da experiência do trabalho e de sua intermitência, pela experiência urbana, ela também fortemente transformada em meio à percepção das desigualdades abissais e dos circuitos e mercados de consumo, exigindo uma reconfiguração distante da perda da centralidade do trabalho, que se aproxime das possibilidades de descrição e explicação de novos modos pelos quais se entrelaçam uma experiência geracional, uma experiência urbana e os novos modos de inserção nas atividades do trabalho, dificilmente passíveis de serem descritos como precarização ou desemprego.

EXTRA JOB AND WORK - SOME REFLECTIONS ON RESEARCH DATA

Abstract: The question that shapes this text is related to some dimensions in the transformation of the experience and ways of figuring work that we could attest from the research made in the Metropolitan Area of São Paulo between 2002 and 2005. The procedures of research included a questionnaire with the aim of tracing an outline of the inhabitants complexes built by way of self-regulated work parties and a set of interviews made with the population, technicians and local leaderships. The dimensions related to work and forms of occupation appeared because of the necessity of understanding the reality of “low rate populations”, its inhabiting conditions and insertion in the work market, which would be possible only if the new faces of work were known. We consider that the bonds between inhabiting conditions and insertion in the work market cannot be understood the way the classical literature did concerning the so called urban question.

Keywords: Extra job. Changes of work. Social capital. Generational conflicts. Low rate.

Referências

COMIN, A. A.; AMITRANO, C. R. **Região metropolitana de São Paulo nos anos 90:** a evolução das atividades econômicas e a trajetória do mercado de trabalho. 2004. Mimeografado.

GUIMARÃES, N. A. **Caminhos cruzados:** estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Ed. 34, 2004.

TELLES, V. S. **Mutações do trabalho e experiência urbana.** Tempo Social, São Paulo, v.18, n.1, p. 173-195, jul. 2006.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. (Org.). **Nas tramas da cidade:** trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.